

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL

PROPAGANDA ELEITORAL

**Poder de polícia e
tutela provisória nas eleições**

Prefácio
Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Apresentação
Walber de Moura Agra

2ª edição revista, ampliada e atualizada



FORUM

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL

Prefácio
Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Apresentação
Walber de Moura Agra

PROPAGANDA ELEITORAL PODER DE POLÍCIA E TUTELA PROVISÓRIA NAS ELEIÇÕES

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Da análise dos conceitos genéricos de publicidade, *marketing* e propaganda, esta obra distingue as variadas espécies de propaganda eleitoral, partindo de uma perspectiva hermenêutica principiológica, para, em sucessivo, adentrar nas especificidades legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais de cada uma das suas modalidades, com especial enfoque na guinada interpretativa do Tribunal Superior Eleitoral ocorrida em outubro de 2021, segundo a qual o abuso da Internet, incluindo as redes sociais, para disseminação da desinformação eleitoral pode enquadrar-se no conceito de abuso dos meios de comunicação social e dar ensejo à cassação de registro ou de diploma de candidatos.

São pormenorizados diversos aspectos práticos da propaganda eleitoral em meio físico, bem como na televisão, no rádio, na imprensa escrita e, sobretudo, na internet. Na rede virtual, a propaganda eleitoral é examinada nas suas distintas possibilidades de exercício (lícito e ilícito), diferenciando-se impulsionamentos, postagens e anúncios digitais, assim como a propaganda anônima e a perpetrada através de perfis falsos. Perfaz-se uma especial investigação sobre as *fakes news* e as *deep fake news*, mediante a análise da técnica da inteligência artificial, incluindo o uso de robôs na propagação das “notícias eleitorais”.

Área específica

DIREITO ELEITORAL

Áreas afins

DIREITO ELEITORAL, DIREITO DIGITAL, DIREITO
PROCESSUAL CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO: 10003439

P644p Pimentel, Alexandre Freire
Propaganda eleitoral: poder de polícia e tutela provisória nas eleições /
Alexandre Freire Pimentel. 2. edição.– Belo Horizonte : Fórum, 2022.

369p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-65-5518-435-8

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito Constitucional.
I. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIMENTEL, Alexandre Freire. *Propaganda eleitoral: poder de polícia e tutela provisória nas eleições*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 369p. ISBN 978-65-5518-435-8.

(continuação)

Esse cenário pressupõe a salvaguarda e, ao mesmo tempo, o balizamento do exercício da liberdade de expressão política. E é nesse contexto que o poder de polícia exsurge como uma ferramenta de garantia do direito à propaganda e, noutra ponta, como meio administrativo de sua fiscalização e controle. A obra ainda analisa como as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que estarão vigentes a partir das eleições de 2022, mitigaram a atuação de ofício dos juízes e juízas eleitorais sobre o controle de conteúdos veiculados na internet.

O livro oferece, ainda, um estudo sobre a utilização da tutela jurisdicional provisória, em suas diferentes modalidades, como instrumento jurisdicional de limitação do poder de polícia.

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL

Mestre e Doutor em Direito (FDR-UFPE); com Pós-Doutorado pela Universidade de Salamanca (USAL- Espanha - Bolsista da CAPES-FUNDAÇÃO CAROLINA – 2011-2); Professor Permanente do PPGD da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco) e da Faculdade de Direito do Recife (FDR-UFPE). Promotor Eleitoral do MPE-PE (1992). Juiz da Propaganda Eleitoral do TRE-PE (2014). Diretor da EJE (Escola Judicial Eleitoral - TRE-PE: 2015-2016). Consultor do CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). Desembargador-Corregedor Eleitoral do TRE-PE (2017-2018). Líder do Grupo de Pesquisa LOGOS (UNICAP-CNPQ). Membro da REDITECH (Rede de Pesquisa em Direito e Tecnologia) e da ABRADep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político).

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Luiz Carlos de Barros Figueirêdo17

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO UM PROFESSOR QUE HONRA A MAGISTRATURA

Walber de Moura Agra19

CAPÍTULO 1

PROPAGANDA: NOÇÕES GERAIS, PRINCÍPIOS E ESPÉCIES.....25

- 1.1 Propaganda eleitoral, publicidade e marketing.....25
 - 1.1.1 Propaganda eleitoral positiva e negativa.....30
- 1.2 Dos princípios que orientam a propaganda eleitoral.....31
 - 1.2.1 Princípio da atuação ex officio: o poder de polícia do juiz da propaganda e o poder normativo da justiça eleitoral32
 - 1.2.2 Princípio da legalidade (Federal) e o direito à propaganda nas eleições normais e suplementares.....36
 - 1.2.3 Princípio da liberdade e disponibilidade e o problema da censura prévia, na propaganda física e na internet: o problema do controle da criptografia por ordem judicial39
 - 1.2.4 Princípio da responsabilidade partidária solidária e a questão dos impulsionamentos patrocinados na internet.....46
 - 1.2.5 Princípio da isonomia entre candidatos e partidos e a questão dos termos de ajustamento de conduta (TACs) do Ministério Público Eleitoral.....48
 - 1.2.5.1 Negócios processuais eleitorais e calendarização50
 - 1.2.6 Princípio da anualidade e anterioridade52
 - 1.2.6.1 Teoria da retrospectividade e propaganda eleitoral58
- 1.3 Propaganda política65
 - 1.3.1 A propaganda partidária após a reforma de 2017 e a instituição do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC).....67
 - 1.3.2 Propaganda partidária e a restauração do direito de antena.....70
 - 1.3.3 Da propaganda intrapartidária77
- 1.4 Da propaganda eleitoral antecipada e a metodologia da tripla filtragem da liberdade de expressão sugerida pelo TSE.....79
 - 1.4.1 Quanto ao conceito de “pedido explícito de voto” e a questão da proibição dos meios ilícitos de propaganda86
- 1.5 Propaganda de candidatos sub judice e propaganda feita por pessoas condenadas com trânsito em julgado91
- 1.6 As prévias partidárias: ilícitos na Internet, representação e o uso do *block chain* como meio de prova no processo eleitoral95
- 1.7 Propaganda Eleitoral e o direito à imagem de pessoa (viva e falecida).....99

CAPÍTULO 2

A PROPAGANDA EM MEIO FÍSICO.....105

- 2.1 A propaganda sonora105
 - 2.1.1 Permissões e restrições ao uso de carros de som e minitrios: em carreatas, caminhadas, passeatas e comícios107
 - 2.1.2 Limites sonoros e a questão da regularização ou da retirada da propaganda sonora irregular.....112
- 2.2 Camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas, showmícios e *lives* eleitorais114
 - 2.2.1 *Outdoors, blimps, banners* e artefatos similares em campanhas e pré-campanhas.....116
- 2.3 Propaganda em bens particulares.....122
 - 2.3.1 O uso de adesivos plásticos125
 - 2.3.2 Propaganda em imóveis particulares: a definição de janelas e a

	preservação da estética urbanístico-ambiental	128
2.3.3	A questão da autorização do proprietário ou possuidor do imóvel e a sanção respectiva	130
2.4	Propaganda em bens públicos e bens de uso comum.....	131
2.4.1	O requisito da mobilidade da propaganda de rua e as normas técnicas da ABNT para a circulação de pessoas com deficiência	134
2.4.2	Propaganda em vias públicas (cavaletes), árvores, jardins e áreas ajardinadas	136

CAPÍTULO 3

A PROPAGANDA NO RÁDIO, NA TELEVISÃO E EM JORNAIS... 139

3.1	Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	139
3.2	Propaganda através de inserções e em blocos	144
3.3	Critérios para a distribuição do tempo aos partidos, coligações e federações	147
3.4	Alterações legais de 2017 relativas aos debates	152
3.5	A propaganda na imprensa escrita (imprensa e na internet)	154

CAPÍTULO 4

A PROPAGANDA NA INTERNET161

4.1	A evolução da máquina computacional.....	161
4.2	A internet (<i>deep web</i> e <i>darknet</i>): entendendo as origens e a dificuldade técnica de controle	165
4.3	Inteligência artificial e a (i)licitude do uso de robôs em propaganda eleitoral	170
4.4	Restrições aos disparos em massa feitos por robôs e <i>click farms</i> (as fazendas humanas de cliques).....	174
4.5	A internet, “veículos de comunicação social” e abuso de poder e a guinada interpretativa do TSE para combater as milícias digitais... 186	
4.6	Propaganda paga em período permitido – distinguindo: impulsionamentos, postagens e anúncios	193
4.6.1	Requisitos, legitimidade e espécies de impulsionamentos: prestação de contas e a tipificação de conduta criminosa	197
4.7	Propaganda por mensagens eletrônicas e telemarketing	199
4.8	Anonimato, perfis falsos e propaganda eleitoral.....	202
4.8.1	Da licitude do uso de pseudônimos e campanha eleitoral.....	208
4.9	Desinformação: <i>fake news</i> , <i>deep fake news</i> e crimes na propaganda eleitoral	215
4.9.1	Milícias digitais e o crime de <i>bunker</i> cibernético previsto no art. 57-H da Lei nº 9.504/1997.....	221
4.9.2	Criptografia e as limitações técnicas das aplicações de internet em relação ao cumprimento de ordens judiciais	225
4.10	Internet, direito ao esquecimento e propaganda eleitoral.....	228
4.11	O uso de <i>cookies</i> e <i>spams</i> na propaganda eleitoral.....	233
4.12	A criminalização da conduta de <i>fake news</i> no Código Eleitoral após a vigência da Lei nº 14.192/2021.....	237
4.13	A criminalização da denúncia caluniosa com fins eleitorais	239

CAPÍTULO 5

CONDUTAS VEDADAS, PROPAGANDA E ABUSO DE PODER...245

5.1	Condutas vedadas e o conceito de agentes públicos	245
5.1.1	Cessão ou uso de bens públicos	247
5.1.2	Uso de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas	249
5.1.3	Cessão ou uso de servidor público ou empregado da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal do Poder Executivo	250
5.1.4	Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público	251
5.1.5	Nomeação, contratação, remoção, transferência ou demissão sem justa causa, supressão de vantagens ou por outros meios	

	dificultar ou impedir o exercício funcional	252
5.1.6	Transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios.....	254
5.1.7	Restrições à publicidade institucional.....	255
5.2	Propaganda e abuso de poder.....	256
5.2.1	Da inexistente figura do abuso do poder religioso	261

CAPÍTULO 6

	PROPAGANDA ELEITORAL E DIREITO DE RESPOSTA.....	265
6.1	O direito de resposta no âmbito geral e na seara eleitoral	265
6.2	Direito de resposta e propaganda eleitoral: especificidades do procedimento (eletrônico) da representação	268
6.3	Da legitimação	273
6.4	Requisitos para o exercício do direito de resposta	277
6.5	A competência	279
6.6	O problema do meio de divulgação da ofensa nos “veículos de comunicação social”	280

CAPÍTULO 7

	O PODER DE POLÍCIA.....	283
7.1	Definição do poder de polícia.....	283
7.2	Limites do poder de polícia	287
7.3	Natureza do poder de polícia e a questão do impedimento e suspeição do juiz	289
7.4	Poder de polícia e a aplicação de multa eleitoral punitiva.....	295
7.5	Um réquiem para a aplicação de astreintes e outras medidas de apoio à efetivação da decisão judicial no exercício do poder de polícia.....	300
7.6	A aplicação de medidas sancionatórias típicas e a solidariedade entre candidatos e partidos políticos.....	309
7.6.1	Das hipóteses de aplicação de multas punitivas em decorrência de propaganda eleitoral irregular	313
7.6.1.1	Multa em razão de propaganda intrapartidária irregular	313
7.6.1.2	Multa pela propaganda realizada em bens públicos e bens de uso comum.....	315
7.6.1.3	Multa e propaganda sonora.....	316
7.6.1.4	Multa em razão de showmícios e <i>outdoors</i>	317
7.6.1.5	Sanção pela propaganda eleitoral feita com símbolos ou caracteres de identificação de órgãos governamentais	318
7.6.1.6	Sanções decorrentes da captação ilícita de sufrágio.....	319
7.6.1.7	Consequências da propaganda irregular nas empresas jornalísticas.....	321
7.6.1.8	Sanções decorrentes da propaganda irregular na internet	323
7.6.2	Dos crimes relacionados à propaganda eleitoral no dia da eleição	328
7.7	Cobrança executiva da multa eleitoral: a questão da prescrição e o direito ao parcelamento.....	330

CAPÍTULO 8

	DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL E TUTELA PROVISÓRIA EM PROPAGANDA	333
8.1	Direito eleitoral e direito processual eleitoral	333
8.2	Dos princípios informativos do direito processual eleitoral.....	334
8.3	Da relação processual eleitoral	335
8.4	Taxonomia das ações eleitorais: da teoria à prática.....	338
8.5	A tutela provisória	340
8.5.1	A tutela preventiva: cautelar e inibitória	341
8.5.2	Tutelas provisórias de natureza administrativa e jurisdicional	345
8.5.3	Formação e estabilização da jurisprudência eleitoral: uma premissa para o cabimento da tutela da evidência liminar	348
8.5.4	Do cabimento da tutela da evidência no processo eleitoral	353

	REFERÊNCIAS.....	361
--	------------------	-----